ISSN: 2358-8829

FORMAÇÃO DOCENTE E GOVERNANÇA EDUCACIONAL: ANÁLISE DA POLÍTICA DO PACTO ALFABETIZA MAIS PARAÍBA

Mirtes Aparecida Almeida Sousa[1]
José Jassuipe da Silva Morais[2]

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as políticas educacionais brasileiras passaram por transformações significativas, especialmente no modo como os sistemas de ensino organizam suas ações, definem prioridades, monitoram resultados e orientam o trabalho das escolas. Nesse movimento, a alfabetização tem ocupado lugar central nas agendas públicas, sendo associada à melhoria dos indicadores educacionais, à redução das desigualdades de aprendizagem e à consolidação do direito à educação básica.

No interior desse cenário, a formação docente continuada passou a ser mobilizada como uma das principais estratégias para induzir práticas pedagógicas, alinhar o trabalho escolar às diretrizes curriculares e responder às exigências de avaliação e monitoramento. A formação, nesse sentido, não pode ser compreendida apenas como espaço de atualização profissional ou transmissão de metodologias de ensino. Ela também participa da organização das políticas públicas, produz orientações sobre o que deve ser ensinado, define modos de acompanhar a aprendizagem e incide sobre a forma como o trabalho docente é regulado no cotidiano das redes de ensino.

Este artigo toma como objeto de análise a política de formação continuada vinculada ao Pacto Alfabetiza Mais Paraíba, instituído pela Lei Estadual nº 12.701/2023 (PARAÍBA, 2023), no âmbito da política estadual de alfabetização. O estudo insere-se no campo das políticas públicas de educação e constitui um recorte de investigação de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa Políticas Educacionais.

[1] Doutoranda em Educação pelo PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, mirtesasousa@gmail.com;

[2] Professor orientador: Doutor e Pós-Doutor em Educação, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, jassuipe@hotmail.com.

ISSN: 2358-8829

A problemática que orienta a discussão pode ser formulada nos seguintes termos: de que modo a formação docente, no âmbito do Pacto Alfabetiza Mais Paraíba, atua como estratégia de governança educacional e de regulação da alfabetização e do trabalho docente? A questão parte do entendimento de que as políticas de alfabetização contemporâneas não operam apenas por meio de leis, programas e materiais didáticos, mas também pela articulação entre formação, avaliação, monitoramento, responsabilização e reconhecimento institucional.

O objetivo geral deste artigo é analisar a política de formação continuada do Pacto Alfabetiza Mais Paraíba como estratégia de governança educacional na regulação da alfabetização e do trabalho docente. De modo específico, busca-se: compreender a formação docente como eixo estruturante da política; discutir sua relação com mecanismos de avaliação e monitoramento; e refletir sobre os efeitos dessa articulação na organização do trabalho pedagógico dos professores alfabetizadores.

A discussão justifica-se pela necessidade de compreender como as políticas de alfabetização vêm reconfigurando as relações entre Estado, redes de ensino, escolas e professores. Ao associar formação continuada, metas de aprendizagem, monitoramento e gestão por resultados, tais políticas produzem novas formas de orientação da prática docente. Portanto, analisá-las permite compreender não apenas o conteúdo pedagógico proposto, mas também os modos pelos quais o trabalho docente passa a ser conduzido, acompanhado e avaliado.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritivo-analítica, fundamentada em análise documental. O corpus considerado neste recorte envolve documentos normativos, institucionais e formativos relacionados ao Pacto Alfabetiza Mais Paraíba (PARAÍBA, 2023; PARAÍBA, 2023-2026) e às políticas nacionais de alfabetização que compõem seu contexto de formulação, como o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (BRASIL, 2023). A análise dialoga com autores que discutem governamentalidade, governança educacional, performatividade, regulação das políticas públicas e poder simbólico, especialmente Foucault (2008a, 2008b), Ball (1994, 2002, 2005) e Bourdieu (1989, 2014).

Os resultados iniciais indicam que a formação docente ocupa posição estratégica na política analisada. Ela atua como espaço de apoio pedagógico, mas também como instrumento de indução curricular, padronização de expectativas, orientação metodológica e regulação do trabalho docente. O Pacto articula diferentes escalas de governo, mobiliza instrumentos de avaliação e monitoramento e insere a alfabetização em uma lógica de governança marcada pela produção de metas, evidências, acompanhamento e responsabilização.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

A pesquisa que fundamenta este artigo é de abordagem qualitativa, pois busca compreender sentidos, relações e formas de organização de uma política educacional específica, sem pretensão de mensurar resultados de aprendizagem ou avaliar estatisticamente sua eficácia. A investigação concentra-se na análise da política como construção documental, institucional e discursiva, observando como seus textos, instrumentos e estratégias orientam a formação docente e regulam o trabalho pedagógico.

Quanto aos objetivos, trata-se de estudo descritivo-analítico. Descritivo porque apresenta elementos constitutivos da política analisada, especialmente sua relação com a formação continuada de professores alfabetizadores. Analítico porque busca interpretar esses elementos à luz de categorias teóricas relacionadas à governança educacional, à regulação, à performatividade e ao trabalho docente.

O procedimento metodológico adotado é a pesquisa documental, conforme as contribuições de Cellard (2008), Lüdke e André (1986) e Bogdan e Biklen (1994). Esse tipo de investigação permite analisar documentos como fontes de informação e como produções sociais situadas, capazes de expressar concepções de educação, docência, aprendizagem, gestão e avaliação. No campo das políticas educacionais, os documentos não são registros neutros; eles participam da formulação, circulação e institucionalização das orientações políticas. Por isso, sua análise permite compreender como determinadas práticas são prescritas, legitimadas e organizadas.

O corpus documental considerado neste recorte compreende documentos normativos, institucionais e formativos relacionados ao Pacto Alfabetiza Mais Paraíba (PARAÍBA, 2023; PARAÍBA, 2023-2026), bem como documentos nacionais que compõem o contexto mais amplo das políticas de alfabetização, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (BRASIL, 2023). Também são considerados materiais que tratam da formação de professores, avaliação, monitoramento e acompanhamento pedagógico da alfabetização.

A análise dos documentos foi orientada pela análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), compreendida como procedimento de organização, categorização e interpretação do material empírico. A leitura do corpus considerou recorrências, ausências, ênfases e articulações entre formação docente, avaliação da aprendizagem, monitoramento das práticas e

ISSN: 2358-8829

responsabilização dos sujeitos escolares. As categorias analíticas foram construídas em diálogo com o referencial teórico e com os elementos encontrados nos documentos.

Entre as categorias mobilizadas destacam-se: governança educacional, formação continuada, regulação do trabalho docente, avaliação, monitoramento, performatividade e reconhecimento institucional. Essas categorias permitiram examinar como a política organiza a alfabetização, como posiciona os professores alfabetizadores e como articula apoio pedagógico e controle institucional.

Por se tratar de pesquisa documental, sem realização de entrevistas, questionários, observação de campo ou coleta direta com seres humanos, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa nesta etapa. Os documentos analisados são públicos ou institucionais, utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. O estudo reconhece, contudo, seus limites: não analisa a recepção da política pelos professores, nem seus efeitos concretos na sala de aula, concentrando-se na dimensão documental e institucional da política.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise das políticas educacionais contemporâneas exige compreender que o Estado não atua apenas pela imposição direta de normas. Ele também governa por meio de programas, indicadores, avaliações, formações, materiais orientadores, sistemas de monitoramento e mecanismos de reconhecimento. Nesse sentido, a noção de governamentalidade, desenvolvida por Foucault (2008a, 2008b), contribui para compreender o governo como condução de condutas. Governar, nessa perspectiva, não significa apenas ordenar ou proibir, mas organizar possibilidades de ação, definir prioridades, orientar comportamentos e produzir formas de responsabilização.

No campo educacional, essa chave analítica permite observar que políticas públicas atuam não apenas sobre estruturas administrativas, mas também sobre sujeitos, práticas e modos de pensar a docência. A formação continuada, quando articulada a metas, avaliações e instrumentos de acompanhamento, passa a integrar dispositivos de governo das práticas pedagógicas. Ela orienta o modo como os professores devem planejar, ensinar, registrar, avaliar e intervir no processo de alfabetização.

A contribuição de Ball (1994, 2002, 2005) é importante para compreender a performatividade como tecnologia de regulação educacional. Para Ball (2002), as reformas educacionais contemporâneas tendem a reorganizar o trabalho das escolas por meio de metas,

ISSN: 2358-8829

indicadores, comparações, avaliações e responsabilização. A performatividade atua como forma de controle que transforma resultados mensuráveis em critérios de julgamento da qualidade do trabalho docente e institucional. Nesse processo, professores e gestores passam a se orientar por expectativas externas de desempenho, muitas vezes traduzidas em indicadores de aprendizagem, rankings e metas.

A noção de *enactment*, desenvolvida por Ball, Maguire e Braun (2012), auxilia a compreender que as políticas não são simplesmente implementadas de maneira linear. Elas são interpretadas, traduzidas e reconstruídas nos contextos locais. Entretanto, mesmo quando reinterpretadas, as políticas carregam discursos, instrumentos e modos de regulação que condicionam as práticas. Assim, a formação continuada pode ser compreendida como uma mediação entre a política formulada e a prática escolar, ao mesmo tempo em que oferece apoio pedagógico e produz alinhamento institucional.

Bourdieu (1989, 2014) contribui para a análise ao discutir o poder simbólico e o papel do Estado na produção de classificações legítimas. O Estado tem capacidade de nomear, classificar, reconhecer e hierarquizar práticas, sujeitos e instituições. No campo educacional, isso se expressa em categorias como escola eficiente, professor comprometido, rede bem-sucedida, município premiado ou turma alfabetizada. Tais classificações não são neutras, pois produzem efeitos simbólicos e materiais sobre o modo como escolas e professores são percebidos e avaliados.

Com base nesse referencial, a política do Pacto Alfabetiza Mais Paraíba (PARAÍBA, 2023) pode ser analisada como parte de uma racionalidade de governança educacional que articula formação, avaliação, monitoramento e reconhecimento. A formação continuada assume função estratégica porque organiza a circulação de saberes pedagógicos considerados legítimos, define expectativas de prática docente e vincula o trabalho do professor alfabetizador a metas de aprendizagem e acompanhamento sistemático.

A governança educacional, nesse contexto, refere-se à forma como diferentes atores, escalas e instrumentos são articulados para conduzir a política pública. Ela envolve a atuação do governo federal, do governo estadual, dos municípios, das secretarias de educação, das escolas, dos formadores e dos professores. Não se limita à administração da política, mas abrange mecanismos de coordenação, indução, acompanhamento e regulação, conforme também apontam estudos sobre políticas educacionais e regulação do campo educacional (MAINARDES, 2006; OLIVEIRA, 2015; POPKEWITZ, 1997).

A formação docente, portanto, precisa ser analisada em sua dupla dimensão. Por um lado, representa oportunidade de estudo, atualização, troca de experiências e fortalecimento

ISSN: 2358-8829

profissional. Por outro, pode funcionar como instrumento de padronização, controle e responsabilização, especialmente quando associada a sistemas de avaliação e monitoramento. O desafio analítico é compreender essa ambivalência sem reduzir a formação a uma prática meramente emancipatória ou meramente controladora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental permite identificar que o Pacto Alfabetiza Mais Paraíba, instituído pela Lei Estadual nº 12.701/2023 (PARAÍBA, 2023), estrutura-se em torno de uma concepção de alfabetização vinculada à gestão pública, ao monitoramento da aprendizagem e à formação continuada dos professores. A alfabetização aparece como prioridade educacional e como eixo de articulação entre Estado, municípios e escolas. Nesse arranjo, a formação docente torna-se elemento central para a condução da política, pois opera como mediação entre as diretrizes estabelecidas e as práticas esperadas nas salas de aula.

Um primeiro aspecto observado é que a formação continuada assume a função de organizar pedagogicamente a política. Ela traduz as orientações gerais em encaminhamentos para o trabalho dos professores alfabetizadores. Ao tratar de planejamento, metodologias, acompanhamento das aprendizagens e uso de materiais, a formação contribui para alinhar as práticas docentes às expectativas da política. Isso não significa que os professores sejam sujeitos passivos, mas indica que a política cria uma moldura institucional para orientar o trabalho pedagógico.

Esse movimento revela a formação como mecanismo de indução curricular. Ainda que as redes e escolas tenham autonomia relativa, a política produz parâmetros sobre o que deve ser priorizado na alfabetização, como acompanhar os estudantes e que práticas devem ser consideradas adequadas. A formação, nesse sentido, não apenas atualiza conhecimentos docentes, mas também seleciona conteúdos, metodologias e formas de intervenção consideradas legítimas.

Um segundo aspecto refere-se à articulação entre formação, avaliação e monitoramento. O Pacto não organiza a formação de maneira isolada. Ela aparece associada a instrumentos de diagnóstico, acompanhamento e verificação das aprendizagens. Essa articulação aproxima a formação docente de uma racionalidade de gestão por resultados, na qual os dados produzidos pelas avaliações orientam intervenções pedagógicas e ações de formação.

ISSN: 2358-8829

Do ponto de vista da governança educacional, essa articulação é decisiva. A avaliação produz informações sobre a aprendizagem; o monitoramento acompanha o percurso das escolas; e a formação orienta os professores sobre como agir diante dos resultados. Com isso, cria-se um circuito de governo das práticas pedagógicas: diagnosticar, formar, acompanhar, intervir e avaliar novamente. Esse circuito fortalece a capacidade do Estado de conduzir as ações das redes e escolas, ainda que essa condução se apresente como apoio técnico-pedagógico.

A análise também indica que a formação continuada participa da regulação do trabalho docente. O professor alfabetizador passa a ser posicionado como sujeito central da política, mas essa centralidade vem acompanhada de novas responsabilidades. Espera-se que ele participe das formações, utilize materiais orientadores, acompanhe dados de aprendizagem, registre resultados, reorganize práticas e responda às metas estabelecidas. Assim, a valorização discursiva do professor convive com a intensificação de exigências sobre seu trabalho.

Esse processo pode ser compreendido à luz da performatividade discutida por Ball (2002, 2005). Quando os resultados de aprendizagem tornam-se referências centrais da política, a ação docente passa a ser avaliada a partir da capacidade de produzir evidências de desempenho. A alfabetização deixa de ser apenas processo pedagógico amplo e passa a ser também objeto de mensuração, comparação e monitoramento. O professor é convocado a demonstrar eficiência por meio dos resultados dos estudantes, dos registros produzidos e da adesão às estratégias formativas.

Outro ponto relevante diz respeito ao caráter federativo da política. O Pacto Alfabetiza Mais Paraíba (PARAÍBA, 2023) articula diretrizes nacionais e estratégias estaduais, envolvendo municípios na execução das ações. Essa articulação mostra que a governança educacional opera em múltiplas escalas. As políticas nacionais de alfabetização, como o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (BRASIL, 2023), produzem orientações gerais; o Estado organiza programas, materiais e sistemas de acompanhamento; e os municípios executam ações junto às escolas e professores. A formação docente torna-se um elo entre essas escalas.

Essa estrutura reforça a ideia de que as políticas de alfabetização contemporâneas não se limitam à oferta de cursos ou materiais. Elas constroem redes de coordenação e responsabilização que atravessam diferentes níveis de governo. A formação continuada atua como dispositivo que integra esses níveis, pois transforma diretrizes amplas em orientações pedagógicas concretas e acompanha sua circulação nas escolas.

ISSN: 2358-8829

No plano simbólico, o Pacto também produz classificações. Ao reconhecer escolas, redes ou municípios que alcançam determinados resultados, a política cria formas de distinção institucional. Esse reconhecimento pode estimular o engajamento e valorizar experiências bem-sucedidas, mas também pode produzir hierarquizações entre escolas, professores e redes. A contribuição de Bourdieu (1989, 2014) permite compreender que tais classificações não apenas descrevem a realidade, mas ajudam a produzi-la, ao definir o que conta como sucesso, qualidade e compromisso educacional.

Nesse sentido, a formação continuada também participa da produção de um perfil desejável de professor alfabetizador. Trata-se de um profissional que deve dominar metodologias de alfabetização, acompanhar indicadores, responder a diagnósticos, ajustar práticas e manter compromisso com os objetivos da política. Esse perfil expressa tanto uma demanda legítima por melhoria da aprendizagem quanto uma forma de regulação da identidade profissional docente.

Os resultados iniciais permitem afirmar que a formação docente no Pacto Alfabetiza Mais Paraíba possui uma dimensão ambivalente. Ela pode contribuir para fortalecer o trabalho pedagógico, oferecer apoio aos professores e organizar ações voltadas à alfabetização. Ao mesmo tempo, quando articulada a avaliações, metas e monitoramento, pode intensificar mecanismos de controle e responsabilização. Essa ambivalência é constitutiva das políticas educacionais contemporâneas, nas quais apoio e regulação frequentemente aparecem entrelaçados.

É importante destacar que a análise aqui desenvolvida não pretende negar a relevância da formação continuada nem a importância das políticas de alfabetização. A alfabetização é direito fundamental e exige ação pública coordenada. O que se problematiza é a forma como a formação docente passa a compor estratégias de governança que orientam, monitoram e regulam o trabalho dos professores. Compreender essa dinâmica é necessário para qualificar o debate sobre políticas públicas de educação.

Também não se pretende esgotar a análise do Pacto Alfabetiza Mais Paraíba. Este artigo apresenta um recorte da investigação, concentrando-se na formação docente como eixo de governança educacional. Outros aspectos, como a recepção da política pelos professores, os efeitos nas práticas escolares, a atuação dos municípios e os resultados de aprendizagem, exigem pesquisas complementares e aprofundamento empírico.

Ainda assim, o estudo indica que a análise documental oferece pistas relevantes sobre a arquitetura da política. A formação continuada aparece como espaço de circulação de saberes pedagógicos e, simultaneamente, como instrumento de orientação institucional. A avaliação e

ISSN: 2358-8829

o monitoramento ampliam a capacidade de acompanhamento da política. O reconhecimento institucional produz classificações simbólicas. Juntos, esses elementos compõem um dispositivo de governança da alfabetização.

Assim, a principal contribuição deste recorte está em mostrar que a formação docente, no âmbito do Pacto Alfabetiza Mais Paraíba (PARAÍBA, 2023), não pode ser compreendida apenas como ação pedagógica isolada. Ela integra uma política mais ampla de regulação educacional, articulada a indicadores, metas, documentos orientadores e mecanismos de acompanhamento. Essa constatação permite ampliar o olhar sobre a formação continuada e compreendê-la como dimensão estratégica das políticas públicas de alfabetização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a política de formação continuada do Pacto Alfabetiza Mais Paraíba (PARAÍBA, 2023) como estratégia de governança educacional na regulação da alfabetização e do trabalho docente. A discussão partiu do entendimento de que as políticas educacionais contemporâneas articulam formação, avaliação, monitoramento e reconhecimento institucional, produzindo formas específicas de condução das práticas escolares.

Os resultados iniciais indicam que a formação docente ocupa posição central na política analisada. Ela funciona como mediação entre diretrizes nacionais, estratégias estaduais e práticas municipais de alfabetização. Ao orientar o planejamento, o acompanhamento da aprendizagem e as intervenções pedagógicas, a formação continuada contribui para organizar o trabalho dos professores alfabetizadores.

A análise também mostrou que a formação não atua de forma isolada. Ela se articula a instrumentos de avaliação e monitoramento, compondo um circuito de governança voltado à produção de dados, ao acompanhamento de resultados e à indução de práticas pedagógicas. Esse circuito pode fortalecer o apoio ao trabalho docente, mas também produzir mecanismos de regulação, responsabilização e performatividade, conforme as contribuições de Ball (2002, 2005).

Com base em Foucault (2008a, 2008b), Ball (1994, 2002, 2005; BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2012) e Bourdieu (1989, 2014), compreendeu-se que a política opera como dispositivo de condução das condutas, mobilizando saberes, normas, indicadores e classificações simbólicas. A formação docente, nesse cenário, participa tanto da produção de

orientações pedagógicas quanto da construção de expectativas sobre o que significa ser um professor alfabetizador comprometido com os resultados da política.

As considerações aqui apresentadas não encerram o debate. Por se tratar de recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, o estudo ainda demanda ampliação do corpus documental, aprofundamento das categorias analíticas e diálogo com outros dados da investigação. Também se reconhece como limite a ausência de análise empírica sobre a forma como os professores interpretam e vivenciam a política no cotidiano escolar.

Apesar desses limites, o artigo contribui para o campo das políticas públicas de educação ao evidenciar que a formação docente, nas políticas de alfabetização, deve ser analisada não apenas como prática formativa, mas como componente da governança educacional. Essa compreensão permite problematizar os efeitos da política sobre o trabalho docente e ampliar o debate sobre alfabetização, regulação e gestão da educação pública.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **How schools do policy: policy enactments in secondary schools**. London: Routledge, 2012.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-1992)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 jun. 2023.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul./set. 2015.

PARAÍBA. **Lei nº 12.701, de 28 de junho de 2023**. Institui o Pacto Alfabetiza Mais Paraíba e dá outras providências. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2023.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação. **Documentos institucionais e materiais formativos do Pacto Alfabetiza Mais Paraíba**. João Pessoa: SEE-PB, 2023-2026.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional: uma política sociológica, poder e conhecimento em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.